

APOIO:



Todos os direitos reservados: ABRALIN

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA  
Magno Nicolau

REALIZAÇÃO:  
ABRALIN

ISBN 978-85-7539-446-5

---

A534

Anais - VI Congresso Internacional da Abralín /  
Dermeval da Hora (org.). - João Pessoa: Ideia, 2009.  
4604p. VOLUME 2

1. Lingüística 2. Hora, Dermeval da.

CDU 801



EDITORA LTDA.  
(83) 3222-5986

[www.ideiaeditora.com.br](http://www.ideiaeditora.com.br)  
[ideiaeditora@uol.com.br](mailto:ideiaeditora@uol.com.br)

Foi feito o depósito legal  
Impresso no Brasil

## TUPINISMOS NA LÍNGUA FALADA NAS CAPITALS DA REGIÃO CENTRO-OESTE DOCUMENTADOS PELO PROJETO ALIB.

Daniela de Souza Silva – PIBIC/UFMS)  
Aparecida Negri Isquerdo – UFMS/CNPq

### 0 Introdução

O homem é um ser social desde o início de sua história. É por meio da sociedade em que está inserido que ele se desenvolve individualmente e estabelece relações com seu grupo, relações essas possíveis, graças ao uso da linguagem, meio utilizado pelo ser humano para propagar seus pensamentos e crenças e para perpetuar usos e costumes por várias gerações. Utilizando-se da linguagem o homem exprime suas ideias, conceitua a realidade a seu redor, além de organizar e disseminar sua cultura, tornando-se sujeito atuante na construção do mundo a sua volta, compreendendo-o, consolidando-o ou mesmo o modificando. Para isso, faz uso do repertório vocabular existente na língua: o léxico. Por ser produto da transformação das realidades humanas, o léxico se transmuta constantemente, uma vez que

Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua (BIDERMAN, 1978, p.139).

Vários são os fatores que contribuem para essa reelaboração lexical mencionada por Biderman, as já apontadas neste texto, como o ambiente social do falante, as interações de uma comunidade com outras de diferentes culturas, assim como os aspectos físicos do *locus* desse falante, pois por vezes as condições geográficas determinam a disseminação ou o “enclausuramento” de norma linguística, dependendo das características socioculturais do grupo, como nos lembra Isquerdo (2006, p.22).

No Brasil, os contatos interétnicos ocorridos no processo de formação do povo brasileiro podem justificar as particularidades que singularizam a norma lexical do português do Brasil. Desde o início da colonização, ainda na primeira metade do século XVI, quando uma nova realidade advinda com o colonizador português deparou-se com a dos povos indígenas que aqui habitavam, sobretudo os tupis, a identidade brasileira foi tomando nova forma, traduzida em termos linguísticos, especialmente pela riqueza vocabular proveniente desse contato. Também no século XVI, um novo povo foi introduzido em terras brasileiras: o africano, que aqui aportou na condição de escravo inicialmente para o trabalho na cultura da cana-de-açúcar. Essa mescla de raízes socioculturais e linguísticas contribuiu para dar forma ao sistema lexical do português do Brasil, que incorporou em maior ou menor grau as influências da língua dos povos que conviveram com os colonizadores no Brasil Colônia, gerando particularidades na variante brasileira do português, especialmente no nível lexical. O contato entre diferentes substratos foi, pois, determinante na formação da norma lexical do português do Brasil.

É por meio da linguagem que o ser humano interage com sua realidade e também identifica o meio que o rodeia, nomeia, define, bem como exprime seus sentimentos, ideias, seu saber, enfim. O nível lexical da língua está diretamente relacionado a essa característica interacional do homem, pois seu pensar, seu ser e seu viver desenham-se pelas escolhas lexicais realizadas pelos falantes em diferentes situações. Essas escolhas são condicionadas por diversos fatores, muitos deles externos à língua, como localização geográfica, situação econômica, contatos interétnicos, condições ambientais, a visão de mundo do grupo de falantes.

Nessa perspectiva, a variação lexical, por exemplo, pode decorrer da descoberta de novos referentes que precisam ser nomeados ou mesmo pelo surgimento de novos termos para designar um mesmo referente. Assim, o processo da variação lexical pode resultar em mudança no sistema, ocasionando a substituição de termos já conhecidos por variantes, novas unidades lexicais que nomeiam um mesmo conceito, ou que tenham se originado pela necessidade de nomear um novo referente, antes desconhecido. No caso do léxico do português do Brasil, a língua do colonizador, ao longo de quinhentos anos de história do Brasil, foi adaptando-se à nova realidade, por isso o conhecimento da influência indígena e africana é fundamental para o entendimento do português do Brasil, pois esses “blocos firmaram as bases de nosso substrato étnico, ao fornecer as características antropofísicas e linguísticas do

brasileiro, ao lado do europeu lusitano” (DICK, 2000, p. 02). A norma lexical do português do Brasil foi, pois, desenhada pelo contato entre os repertórios vocabulares oriundos das línguas dos povos que constituem a base étnica do homem brasileiro. Esse contato, além de suscitar a adequação da língua do colonizador à realidade da colônia, enriqueceu a variante brasileira, com traços peculiares, dando-lhe cor local.

### **1. Contribuições do tupi na formação da norma lexical do português do Brasil: algumas reflexões.**

É sabido que, à época do descobrimento, havia uma enorme quantidade de tribos indígenas habitantes do Brasil, com diversas línguas e dialetos, mais de mil, segundo Dick (2000, p.03), provenientes de dois grandes troncos indígenas: Tupi e Makro – Jê.

Acontecimentos de natureza histórico-geográfica, como o fato de estarem os índios tupis estabelecidos na costa brasileira e serem eles os que inicialmente entraram em contato com os portugueses, fizeram com que o tupi prevalecesse sobre as demais línguas indígenas na formação da variante brasileira do português. Além disso, de acordo com Melo (1981, p. 41), de todas as línguas indígenas do Brasil Colônia foi o “tupi aquela de maior influxo exerceu no português, porque era a mais importante, a mais falada e funcionava mesmo como espécie de “língua segunda” de certos grupos aborígenes não-tupis”. Há que se considerar também a obra *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, que contém uma descrição do tupi com o objetivo maior de divulgar a língua para fins de catequização dos gentios.

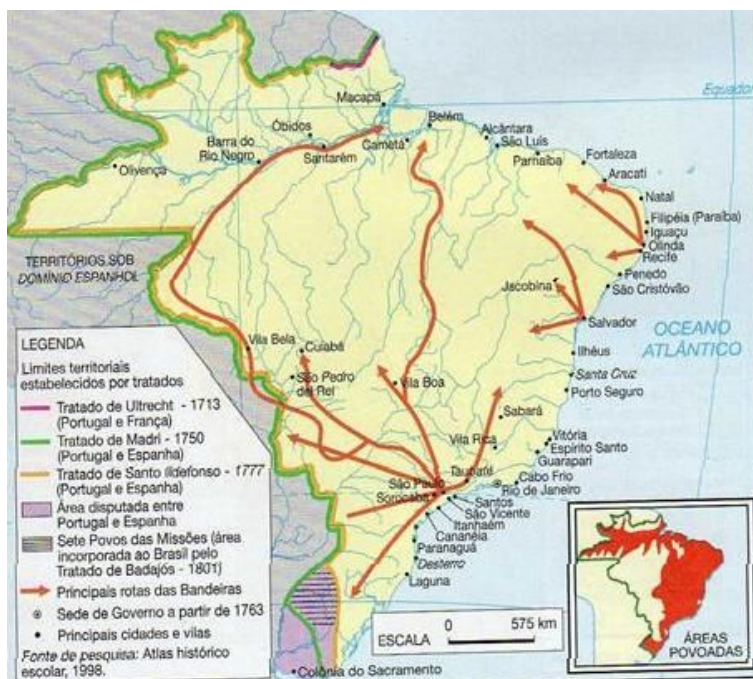
Além disso, por terem vindo para o Brasil majoritariamente homens portugueses sozinhos, sem esposas ou famílias, foi comum a união dos brancos com as índias, sendo estas as responsáveis pela educação de seus filhos, como atesta o depoimento de Vieira (1951, *apud* NAVARRO, 1998, p. 174): “é certo que as famílias dos Portugueses e Índios de S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos Índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”.

Também a escravidão indígena e o concubinato praticado pelos portugueses forneceram bases para a perpetuação do tupi na sociedade colonial. A língua geral, resultante do contato entre o português lusitano e o tupi, era aprendida tanto pelos índios e mestiços que a utilizavam para a comunicação com os brancos, quanto pelos portugueses que precisavam garantir a interação com os autóctones. Com isso a língua geral foi se firmando como língua nacional e se fortaleceu em virtude do grande número de falantes e da sua disseminação pelo território brasileiro. Por toda a costa já se falava a língua geral, ficando o português lusitano reservado aos documentos e cerimônias oficiais na Colônia.

Segundo Rodrigues (2002, p. 100), a língua mais falada na costa do Brasil recebeu essa denominação, apenas após o terceiro século da colonização, pois, ao longo do século XVII, era denominada de “língua brasílica e depois de “tupinambá” (século XVIII), apesar de já ser conhecida por tal nome desde o século XVII. Todavia, apenas no final do século XVIII e início do XIX é que “a essa língua popular, geral a índios missionados e aculturados e a não índios, é que foi mais sistematicamente aplicado o nome de Língua Geral” (RODRIGUES, 2002, p.101).

A expansão da língua geral pelo interior do Brasil deveu-se também à ação dos bandeirantes paulistas. Por meio das bandeiras e monções, expedições que adentravam em terras ainda desconhecidas em busca de ouro e metais preciosos e também de escravos índios para substituírem a mão-de-obra africana, uma vez que, nessa época (século XVII), a importação de escravos da África já demandava grandes montantes de recursos. Em decorrência disso, a língua geral propagou-se para além da costa, visto que os bandeirantes utilizavam-se dos mestiços e índios como seus guias pelas matas e faziam uso da língua dos nativos para comunicação.

Pela rota das bandeiras, expedições por terra, e das monções, expedições fluviais, apresentadas no mapa publicado por Girardi (2005, p.08), a seguir, podemos verificar a rota do tupi em território brasileiro. As expedições que partiam de São Paulo concentraram suas rotas para as atuais regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, nos séculos XVII e XVIII, estendendo-se também pelas regiões Sul e Norte.



Mapa I – Brasil Colônia – Séculos XVII-XVIII

Até o século XVII e meados do século XVIII a presença tupi continuava marcante no léxico do português do Brasil. Na antiga São Paulo, por exemplo, até o século XVII, prevaleciam nomes tupis e os de origem portuguesa eram raridades, segundo Holanda (1995, p.127-128). Todavia, mesmo com a mudança desse panorama, a toponímia brasileira ainda mantém uma forte presença da língua tupi na base dos designativos de acidentes geográficos, inclusive, “grande número de localidades tem nomes, que fazem lembrar as lendas dos espíritos bons e maus das florestas e dos campos” (SAMPAIO, 1928, p. XXV). Pesquisas mais recentes desenvolvidas nas três últimas décadas por Maria Vicentina Dick (USP) e por pesquisadores brasileiros de diferentes regiões do País têm confirmado a manutenção de nomes de base indígena nos designativos de lugares. Conforme Dick (1994, p. 435), os topônimos tupis que têm sua frequência registrada em índices expressivos na norma lexical brasileira “nos mais variados itens semânticos (a exemplo de zoonímia, fitonímia, hidronímia, geomorfonímia, ergonómia)”.

Drumond (1965, p. 21) pondera, todavia, que a maioria dos topônimos de base tupi não foi atribuída aos acidentes geográficos pelos índios, mas sim pelo branco colonizador, alertando que

O estudo da toponímia tupi-guarani pode levar a resultados absolutamente falsos quando se pretende, por exemplo, determinar a área de expansão dos grupos tupi-guaranis, tendo em vista que a presença de nomes originários dessa língua em determinado espaço geográfico, nem sempre significa que ele foi ocupado por grupos desta família.

Na atualidade, além das pesquisas toponímias e de estudos específicos sobre a questão da influência indígena no acervo lexical do português do Brasil, investigações a partir de dados orais, particularmente os de natureza geolinguística, também têm fornecido subsídios para o estudo dos tupinismos. Aguilera (2006, p. 124), por exemplo, em artigo realizado a partir dos dados do Atlas Linguístico do Paraná (1994), conclui que “a presença dos tupinismos na linguagem rural paranaense contemporânea indica o grau das relações interpessoais entre o bandeirante, o minerador, o fazendeiro e os seus administrados nos séculos XVII e XVIII”.

Ainda com relação a pesquisas sobre tupinismos baseados em dados geolinguísticos, pode-se citar o trabalho de Silva e Aguilera (2007), sobre a variante de base tupi *urubu* documentada pelo Projeto ALiB, em 13 capitais brasileiras, cujos resultados, por serem relevantes para este estudo, serão retomados no momento da análise dessa variante neste trabalho.

Este texto apresenta resultados iniciais de um estudo em andamento sobre a questão da presença de tupinismos no português do Brasil, na área semântica da *fauna*, a partir de dados orais documentados pelo Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil<sup>1</sup>. O estudo tem como objetivo mais amplo analisar a questão da influência indígena, sobretudo do tupi, na variante brasileira do português, demonstrando a distribuição diatópica das variantes, buscando, na história social das capitais brasileiras, possíveis motivações para as designações catalogadas. Este texto focaliza dados recolhidos nas três capitais da região Centro-Oeste, pela equipe de pesquisadores do Projeto ALiB, respostas fornecidas pelos informantes para as 25 perguntas do Questionário semântico-lexical, para nomear elementos ligados à *fauna*.

Foram, pois, tomadas como objeto de análise as respostas fornecidas pelos 24 informantes do Projeto ALiB, representantes das três capitais mencionadas para as perguntas número 64 a 88 do Questionário Semântico-Lexical, relativas à área semântica da *fauna*. Os inquiridos foram realizados com oito informantes em cada capital, de duas faixas etárias: 18 a 35 anos e 50 a 65 anos; sexos masculino e feminino; com dois níveis de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto e Curso Superior, nascidos e criados na localidade pesquisada e com pais também naturais da mesma área linguística. A coleta de dados foi realizada por meio de consultas às entrevistas realizadas pelo Projeto ALiB, registros transcritos e sonoros.

Para fins de seleção das variantes de base tupi, foram consultados dicionários de língua portuguesa contemporânea – Ferreira (2004) e Houaiss (2001) – e obras que têm como temática a língua tupi, de diferentes momentos históricos, como Sampaio (1928) e Cunha (1998). Na sequência, é apresentada a análise das variantes selecionadas, considerando as dimensões diatópica e léxico-semântica.

### 1.1 Algumas contribuições do Projeto ALiB para o estudo dos tupinismos.

Das respostas fornecidas para as 25 questões tomadas como fonte de dados, foram auferidas 107 variantes, assim distribuídas, em termos de língua de origem: 97 itens lexicais de base portuguesa, 02 de base africana e 08 de base tupi, cuja representatividade é apresentada no gráfico que segue:

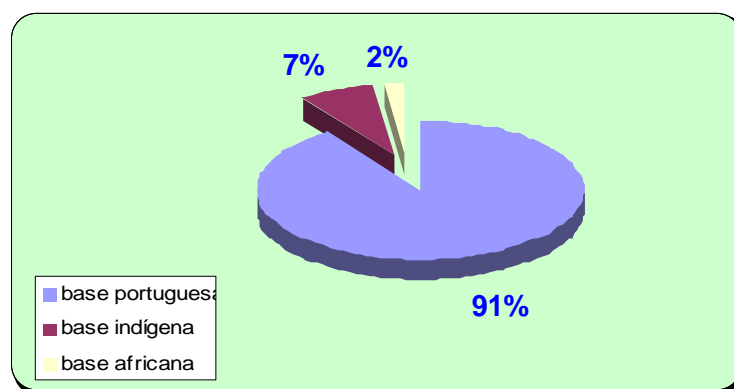


Gráfico I – Distribuição das variantes de acordo com a base linguística.

Para fins de análise, as unidades lexicais foram distribuídas em 03 áreas semânticas, definidas segundo as classes taxonômicas a que pertencem os referentes nomeados, no âmbito da Zoologia: aves (*arara*, *iandaia*, *mareta*, *nambu/nabu/nhambu* e *urubu*), mamíferos (*gambá*) e insetos (*cupim* e *muriçoca*).

O Quadro I, a seguir, apresenta a distribuição diatópica das variantes registradas, trazendo os dados organizados segundo a área semântica e as capitais onde foram documentadas.

Área Semântica	Variante	Capital do Centro-Oeste		
		Campo Grande	Cuiabá	Goiânia

<sup>1</sup> Este trabalho é parte integrante do Plano de Trabalho “A presença de tupinismos na língua falada nas capitais brasileiras: um estudo no campo léxico da fauna”, em desenvolvimento pela acadêmica Daniela de Souza Silva, como bolsista de Iniciação Científica (UFMS), sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

<b>Aves</b>	<i>Urubu</i>	X	X	X
	<i>Maretaca</i>			X
	<i>Iandaia</i>		X	
	<i>Arara</i>	X	X	X
	<i>Nambu /nabu /nhambu</i>		X	
<b>Mamíferos</b>				
	<i>Gambá</i>	X	X	X
<b>Insetos</b>				
	<i>Cupim</i>		X	

Quadro I – Distribuição diatópica dos tupinismos da área semântica da fauna.

O Quadro II, por sua vez, traz as variantes distribuídas, segundo a ordem das respostas, com os respectivos percentuais de ocorrência.

Área Semântica	Variante	Percentual de ocorrência	
		1ª resposta	2ª resposta
<b>Aves</b>	<i>Urubu</i>	100%	-
	<i>Maretaca</i>	-	4,17%
	<i>Iandaia</i>	-	4,17%
	<i>Arara</i>	-	29,17%
	<i>Nambu /nabu /nhambu</i>	16,67%	-
<b>Mamíferos</b>			
	<i>Gambá</i>	95,83%	-
<b>Insetos</b>			
	<i>Cupim</i>	12,50%	-
	<i>Muriçoca</i>	20,83%	8,33%

Quadro II – Distribuição dos tupinismos de acordo com a ordem dos seus registros.

Os dados apresentados no Quadro II demonstram que, dos oito tupinismos catalogados, sete foram documentados em Cuiabá, cinco em Goiânia e três em Campo Grande. Nota-se, pois, que a capital de Mato Grosso concentrou o maior número de registros, tanto em termos de frequência das ocorrências, quanto no que diz respeito à diversidade de variantes, fato justificado, provavelmente, por questões históricas, pois essa capital foi fundada no período colonial pela ação dos bandeirantes paulistas que traziam consigo índios tupis que, além da ajuda em trabalhos físicos, atuavam como guias desses bandeirantes na busca de minas de ouro e de metais preciosos. Não é demais lembrar que os bandeirantes valiam-se também da língua geral para a comunicação com os nativos.

Esses dados de natureza histórica podem justificar a presença dos tupinismos no falar do homem cuiabano, já que Cuiabá é uma capital cuja linguagem e cultura evidenciam um caráter mais conservador, dentre as capitais do Centro-Oeste. O próprio nome da capital, Cuiabá, tem como uma das hipóteses para a sua origem a etimologia tupi, proveniente de *cuy*: farinha e *abá*: homem, que significaria “homem da farinha”, ou farinheiro (SAMPAIO, 1928, p. 145; 192). Já Dick (2008, p. 227) atribui a Cuiabá o étimo *akuya-apá*, do bororo. Também Carlos Drumond, na obra “A contribuição do bororo à toponímia brasileira”, quando trata do topônimo *ikuiapá*, derivado de “**ikúia**, flecha-arpão; **pá**, lugar (lugar da flecha-arpão). Acrescenta o estudioso: “julgamos que o nome da capital de Mato Grosso, Cuiabá, justamente edificada nas duas margens do córrego da Prainha, não seja outra coisa que a corrupção e sonorização de **Ikuipá**” (DRUMOND, 1965, p. 126).

Na sequência, em termos de número de registro de tupinismos na área semântica da *fauna*, aparece Goiânia. Também essa capital, embora de criação mais recente (século XIX), foi rota das bandeiras paulistas que iam para Vila Boa, atual cidade de Goiás e primeira capital desse Estado. A antiga capital perdeu este posto justamente pelo declínio da atividade aurífera, no final do século XIX e início do século XX, sendo Goiânia escolhida por ter sido projetada exatamente para ser pólo administrativo e econômico.

Em se tratando do topônimo Goiânia, encontramos na obra de Sampaio (1928, p.204) a variante *goyaz*, provável origem de *Goyania*, com remissão para *goya*, de *gua-yá*, “indivíduo semelhante, parecido, ou gente da mesma raça”. O autor também menciona documentos antigos que citam *guayazes* como nação selvagem, provavelmente uma alusão aos índios guaianazes, que percorreram o “Caminho do

Ouro”, depois chamado “Caminho de Goiás” e anteriormente conhecido como “Caminho dos Guaianazes”, que se estendia do Rio de Janeiro à Vila Boa de Goiás, para o transporte do ouro e metais preciosos e também para o tráfego de imigrantes com destino a Goiás. Tibiriçá (1997), no verbete relativo ao topônimo Goiás, atribui a origem do nome desse Estado a “**guaiá**, nome de antiga tribo indígena que aí habitou”. Já Corbacho Quintela e Castro (2007) aventam a hipótese de a origem do topônimo Goiânia estar ligada a ações planejadas, posto que provavelmente tenha sido inspirado em *Goyania*, título de um livro escrito pelo baiano Arthur J. de Sousa e publicado em Portugal em 1896. Esse livro contém um poema épico que conta mitologicamente os embates entre bandeirantes e índios ocorridos nos sertões de Goiás. É muito provável que o nome do poema já tenha sido motivado pelo nome do Estado.

Já em Campo Grande, apesar de o estado de Mato Grosso do Sul abrigar a segunda maior população indígena do País, notou-se, no recorte de designações dos elementos da fauna contemplados pelo QSL do Projeto ALiB, o menor número de tupinismos dentre as três capitais do Centro-Oeste. Trata-se de uma capital de fundação mais recente, final do século XIX, por mineiros motivados pelos campos férteis para criação de gado, sendo apenas caminho das bandeiras e não seu destino. Além disso, o processo de povoamento dessa capital foi marcado por uma grande miscigenação de etnias, com destaque para a paraguaia. O próprio nome da capital não possui referencial indígena, pois teve como motivação as características geomorfológicas da região, daí do primeiro nome da cidade, *Arraial de Santo Antônio de Campo Grande*, ter se originado o topônimo Campo Grande. Por ser uma cidade de fundação mais recente, registra maior mobilidade urbana e, conseqüentemente, maior mutabilidade vocabular.

Realizadas essas considerações gerais de natureza histórica, será apresentada na sequência do texto a análise dos dados, focalizando inicialmente a dimensão diatópica.

Em termos de produtividade, o tupinismo com maior número de ocorrências nas capitais do Brasil Central foi *urubu*, que foi fornecido como resposta para a pergunta 64 do QSL (ave preta que come animal morto, podre) pelos 24 informantes entrevistados nas 03 capitais pesquisadas. Na sequência, apareceram as variantes de base portuguesa, registradas como segunda resposta, *corvo* (12,5%) e *abutre* (4,7%). Também no estudo de Silva e Aguilera (2007), essa variante foi a mais produtiva, sendo fornecida por todos os informantes das 13 capitais pesquisadas, nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil.

No conjunto de tupinismos documentados, *gambá* foi a segunda variante mais produtiva, fornecida como resposta para a pergunta QSL 71 (bicho que solta um cheiro ruim quando se sente ameaçado). Essa variante foi mencionada como primeira resposta por 95,8% dos informantes das capitais do Centro-Oeste, sendo registrado apenas um caso de não-resposta para essa questão, no caso, pelo informante jovem com formação universitária, professor de História.

Já a pergunta 68 do QSL, que busca variantes para nomear “ave de penas coloridas que quando presa pode aprender a falar”, no conjunto dos dados documentados, a primeira resposta fornecida pela totalidade dos informantes foi uma variante de base portuguesa (*papagaio*). As unidades lexicais de origem tupi (*arara*, *mareta* e *iandaia*) foram apuradas como segunda resposta para a nova pergunta do inquiridor, ou seja, “conhece outro nome para *papagaio*?”, somando um total de 37,51%<sup>2</sup>.

*Iandaia*, por sua vez, foi uma variante documentada apenas em Cuiabá, na questão 68, registrada no inquérito de um informante do sexo masculino, idoso, de nível superior. Além dessa, outras variantes foram também registradas apenas na capital mato-grossense, como *nambu/nabu/nhambu*, como resposta para a questão 69 “galinha sem rabo” e *cupim*, para a pergunta 87, “bicho que dá em esterco ou pau podre”.

A variante *nhambu* foi mencionada pelo mesmo informante que forneceu a resposta *iandaia* para a pergunta 68, *urubu*, para questão 64 e *gambá*, para a 71. Pode-se depreender que a presença marcante de tupinismos no falar desse informante justifica-se pela própria história de vida desse falante, um sujeito engajado na cultura local, músico, ex-vereador e que, no momento do inquérito, trabalhava na Secretaria de Cultura da Câmara Municipal de Cuiabá.

Remetendo-nos agora à questão 88 do Questionário Semântico Lexical do Projeto ALiB, que busca designações para o “inseto pequeno de pernas cumpridas, que canta no ouvido das pessoas à noite”, vamos encontrar a presença de mais um tupinismo, *muriçoca*, documentada em apenas duas das três capitais do Centro-Oeste: Cuiabá e Goiânia. Outro dado importante acerca da mesma unidade lexical é seu

<sup>2</sup> As demais respostas apuradas foram de base portuguesa (*louro*) e espanhola (*periquito* e *mulata*).

registro, tanto como primeira quanto como segunda respostas, respectivamente, com 20,8% e 8,3% de produtividade.

A unidade lexical *muriçoca* não foi mencionada pelos informantes de Campo Grande e em Cuiabá foi citada apenas por um falante. Já em Goiânia, houve sete ocorrências de *muriçoca*, representando a maioria absoluta das respostas nessa capital, já que foi fornecida por sete dos oito informantes consultados (87,5%). As duas obras lexicográficas consultadas atribuem marca dialetal a essa variante de base tupi. Houaiss (2001) a classifica como um regionalismo do Nordeste do Brasil e de Minas Gerais, enquanto Ferreira (2004) a classifica como brasileiro do Nordeste. O registro de *muriçoca* em Cuiabá e em Goiânia demonstra a disseminação dessa variante pelo Centro-Oeste, provavelmente em decorrência de levadas migratórias que têm trazido para a região nordestinos e mineiros. Além disso, ratifica a importância dos estudos geolinguísticos para o registro de regionalismos, evidenciando ainda “a força exercida pelo contexto extralinguístico no processo de nomeação” de elementos da realidade (ISQUERDO, 2001, p. 91).

Como já assinalado, para a discussão acerca dos aspectos léxico-semânticos relativos às variantes em análise, os dados foram analisados em bloco, considerando as três áreas semânticas tomadas como parâmetro para fins de agrupamento dos dados, quais sejam: aves (*arara, iandaia, maretaca, nambu/nabu, nhambu e urubu*), mamíferos (*gambá*) e insetos (*cupim e muriçoca*).

Na área semântica das aves, a unidade lexical *arara* foi mencionada para designar a “ave de penas coloridas que quando presa pode aprender a falar” (pergunta 68 do QSL). Trata-se de um nome tupi, derivado de *a'rara*, o “nome comum a diversas aves de grande porte da família dos psitacídeos”, segundo Cunha (1998). Sampaio (1928, p.159), por seu turno, informa tratar-se de “voz onomatopáica com que se designam os grandes papagaios”. Também em Sampaio (1928, p.156), há o registro de *ará* como designação de “papagaios grandes”. A posição de Cunha (1998) é partilhada por lexicógrafos que produziram dicionários da língua portuguesa contemporânea, como Houaiss (2001) e Ferreira (2004). O primeiro define *arara* como designação de “algumas aves psitacíformes da família dos psitacídeos (*Anodorhynchus, Ara e Cyanopsitta*), que vivem na América Latina, possuem grande porte e são dotadas de bico alto, recurvado e de cauda longa”. Já o segundo acrescenta à definição do lexicógrafo anterior o sema “se alimentam de frutas e sementes em geral”. Assim, o uso da variante *arara* de base tupi para nomear o referente normalmente designado de *papagaio, louro* aponta para a realidade dos habitantes dos grandes centros urbanos em termos de conhecimento de elementos do mundo rural.

Nota-se que a unidade lexical *arara* foi citada predominantemente pelos informantes de 18 a 35 anos (faixa etária I), atingindo 71,4% no conjunto dos dados analisados. O referente nomeado (o papagaio) é típico do meio rural e de pequenos centros urbanos. Já a ave *arara* ainda pode ser encontrada em revoadas nas capitais da região Centro-Oeste, cidades que, além de muito arborizadas, situam-se numa região que é habitat natural dessa ave, sobretudo o Pantanal. Além disso, podemos também considerar a importância da mídia na disseminação de conceitos, haja vista a veiculação frequente de informes sobre *arara* nos noticiários, seja por ser espécie em extinção ou pelo combate, por parte das autoridades, ao seu aprisionamento por criadores, perdendo-se por vezes o sema de “poder falar” que define papagaio, e mantendo-se apenas a ideia de ave aprisionada. Assim, pode ter havido uma associação entre as características das duas aves (não podemos desconsiderar que ambas pertencem à família das aves psitacíformes da fam. dos psitacídeos), ou melhor, entre os dois conceitos distintos, *papagaio* e *arara*, dado que nos dias atuais a criação desse primeiro tipo de ave (papagaio), antes tão amplamente domesticada, não ocorre mais com tanta frequência, daí não fazer mais parte do conhecimento empírico dos jovens.

O informante associou os dois conceitos, mesmo não os dominando, pautando-se nos semas “penas coloridas” e desconsiderando o sema “quando presa pode aprender a falar”, contido na pergunta do questionário, daí o uso da variante *arara* para nomear a ave conhecida como *papagaio*.

Também *iandaia* foi mencionada como designação da ave em questão. Trata-se de uma variante de *jandaia*, segundo Cunha (1998), que registra *iandaya* como sinônimo de *jandaia*, atribuindo-lhe a etimologia *ia'naiá*. Já Sampaio (1924, p.245) considera o étimo *nhand-ái* para essa variante. Houaiss (2001) registra o seguinte no verbete *jandaia*: “tupi *ya'ndaya* 'ave da família dos psitacídeos; espécie de papagaio”. Ferreira (2004), por seu turno, define *jandaia* como “ave psitacíforme, psitacídea (*A. jantaya*) de coloração amarela, dorso verde, asas azuladas, cauda do verde ao azul, com ponta escura. Vive em bandos e se adapta bem ao cativo. Os jovens são quase totalmente verdes”. Também nesse caso, houve por parte do falante a associação entre semas comuns a várias aves da mesma espécie. A falta de



informações precisas sobre as características desses animais acaba gerando associações e o uso dos seus respectivos nomes para nomear outros referentes.

Já a unidade lexical *mareta* foi considerada variante de *maitaca*, *maritaca* e *maritataca*, unidades léxicas que, segundo Cunha (1998), derivam do étimo tupi *M ai'ta*, “espécie de papagaio”. Houaiss (2001) define *maitaca*, do tupi *m'baíta*, uma “espécie de papagaio”, como “aves psitacíformes, da família dos psitacídeos, neotropicais, cujo corpo atarracado e cauda curta são semelhantes aos do papagaio”, tendo como sinônimos *baitaca*, *humaitá*, *maitá*, *maritaca*.

Ainda vinculada à área semântica de *aves*, temos as designações *nambu*, *nabu* e *nhambu* que foram apontadas como resposta para a pergunta 69 do QSL (“galinha sem rabo”). A variante *nabu* não foi localizada em nenhuma das obras pesquisadas, destarte a consideramos como uma variação de *nambu*. Houaiss (2001), no verbete *nhambu*, remete o consulente para *inhambu*, definindo-a como “design. comum às aves tinamiformes, da fam. dos tinamídeos, dos gên. *Tinamus* e *Crypturellus*, restritas aos neotrópicos, de corpo robusto, pernas grossas e cauda rudimentar ou inexistente”. Cunha (1998) registra o verbete *inambu* na acepção de “ave da família dos tinamídeos”, enquanto Sampaio (1928, p. 223) a define como “perdiz”. Pode-se então se presumir que uma variante que designa, primeiramente, uma espécie de ave com pequena ou nenhuma cauda, por extensão, passou a nomear a ave galinácea sem rabo, objeto da questão 69, ao menos para os falantes da região Centro-Oeste.

Por fim, ainda na área semântica das *aves*, temos a variante *urubu*, apontada por todos os entrevistados como nome da “ave preta que come animal morto, podre”. Em Sampaio (1928, p.339), a variante *urubu* é definida como “ave voraz”. *Urubu*, também de origem tupi, advém de *uru'wu*, e designa “diversas aves ciconiiformes, gên. *Coragyps* e *Cathartes*, da família dos catartídeos” que “têm cabeça e pescoço nus e alimentam-se de carne em putrefação” (HOUAISS, 2001). A variante *urubu* disseminou-se por praticamente todo o Brasil, como vêm atestando os dados geolinguísticos recolhidos em diferentes regiões do Brasil a partir da segunda metade do século XX. O estudo de Silva e Aguilera (2007) também confirmou a predominância da variante *urubu* em treze capitais brasileiras das regiões Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Já à área semântica *mamíferos* foi vinculada apenas a unidade lexical *gambá*, fornecida como resposta para a questão 71 do Questionário Semântico Lexical do Projeto ALiB (“animal que solta um cheiro ruim quando se sente ameaçado”). *Gambá*, uma unidade léxica de origem do tupi *guá'mbá* que, segundo Cunha (1998), é o “nome comum a vários mamíferos marsupiais do gênero *Didelphis*”. Houaiss (2001) acrescenta a essa definição que os marsupiais “maiores da família dos didelfídeos, com três spp., encontrados do Sul do Canadá à Argentina, com até 50 cm de comprimento, cauda preênsil, longa e quase inteiramente nua, com a parte distal branca, pelagem cinza, preta ou avermelhada e fêmeas com marsúpio bem desenvolvido”. Já Sampaio (1928, p. 201) define *gambá* como “o ventre aberto, a barriga ôca (sic)”, uma clara referência ao marsúpio, a bolsa abdominal das fêmeas desse animal onde os recém-nascidos se alojam e onde se encontram também as tetas. Além disso, comparando-se as definições, percebe-se uma ampliação de sentido dessa variante, pois enquanto em Sampaio (1928, p. 201) ela é definida como o ventre aberto característico de uma espécie animal, em Houaiss (2001) já aparece como designativa do próprio animal, a mesma acepção com que foi documentada pelos pesquisadores do Projeto ALiB.

A área semântica *insetos* abrigou, neste estudo, duas variantes de base tupi: *cupim* e *muriçoca*. A primeira foi documentada como resposta para a pergunta 87 do QSL, que busca variantes para nomear o conceito “bicho que dá em esterco, pau podre”. Não está dicionarizada essa acepção *cupim* usada pelos informantes do Projeto ALiB. A unidade lexical *cupim* é oriunda do tupi *kupi'i* na acepção de “insetos da ordem dos isópteros” (CUNHA, 1998) ou de *copim*, “formiga branca” (SAMPAIO, 1924, p.191). Em razão de o elemento nomeado ser específico do meio rural, é justificável o uso da unidade lexical *cupim*, que normalmente nomeia outro referente, para nomear o conceito contemplado pela pergunta. Além disso, é preciso considerar a presença abundante de termiteiros (cupinzeiros) – “aglomerados de terra e outros resíduos, edificado pelos cupins, constituindo o seu ninho” (HOUAISS, 2001) nos campos de diferentes regiões do Centro-Oeste, o que torna o referente conhecido pela população. Assim o sema “bicho que fica escondido” parece ter determinado o uso, já que, como o cupim, o coró/tapuru, como é comumente designado o bicho de esterco, vive escondido. Houaiss (2001), inclusive, no verbete tapuru, registra: “regionalismo de Mato Grosso, mesmo que *cupim* ('designação comum)’”.

Já *muriçoca* advém do étimo tupi *muri'soka*, sendo definida por Cunha (1998) como “variedade de mosquito”. Houaiss (2001), por sua vez, no verbete *muriçoca* remete para mosquito, definindo esse termo como “designação comum aos insetos dípteros, de pequeno tamanho, especialmente os

hematófagos da família dos culicídeos, gerando vetores de conhecidas doenças do homem”, unidade léxica sinônima de bicuda, carapanã, pernilongo, dentre outras.

Em síntese, o estudo deu mostras que o substrato tupi mantém-se no português dos habitantes do Centro-Oeste na designação de elementos da fauna, mesmo passados mais de 500 anos, quando teve início o contato entre o português europeu e as línguas indígenas brasileiras.

## 2 Considerações finais

Sendo, pois, a língua um instrumento de entendimento e de socialização do homem, estudar o léxico é primordial para a compreensão da dinamicidade e da evolução cultural e linguística de uma comunidade de falantes, pois o repertório lexical do falante fornece base para a interpretação da sua realidade circundante. Isso referenda a posição de Sapir (1969, p. 49), para quem “o estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam”, além da língua acabar “se tornando um guia cada vez mais valioso no estudo de uma dada cultura” (SAPIR, 1969, p.19).

Visto nessa perspectiva, o estudo do léxico, sobretudo em se tratando da norma lexical regional, exige um olhar interdisciplinar, uma vez que, além das bases linguísticas que orientam o estudo da palavra, carece de fundamentos de áreas das ciências humanas, como a História, a Geografia e a Antropologia, posto que os fatores extralinguísticos têm fundamental importância na constituição e na manutenção do léxico.

Os resultados do estudo também confirmaram a importância das pesquisas geolinguísticas para o registro do vocabulário em uso por um grupo de falantes e para a identificação das bases linguísticas do léxico atualizado na língua falada, incluindo os tupinismos. A continuidade da pesquisa poderá referendar os resultados aqui apresentados ou mesmo apontar uma nova realidade, nesse particular, já que examinará dados recolhidos nas demais capitais brasileiras.

## Referências

- AGUILERA, V. de A. Os tupinismos na língua rural paranaense. *Línguas e Letras*. Estudos Linguísticos. Vol. 7, n. 12, 1º semestre de 2006, p.99-125. Disponível no site <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/download/893/758>
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas lingüístico do Brasil*: questionário 2001. Londrina: Eduel, 2001.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria Lingüística (lingüística quantitativa e computacional)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- CORBACHO QUINTELA, A.; CASTRO, L. A. C. de. *Goyania = Goiânia, de poema a topônimo*. Disponível em [http://www.proec.ufg.br/revista\\_u fg/agosto2007/textos/poemaGoyania.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_u fg/agosto2007/textos/poemaGoyania.pdf). Acesso em 05/02/2008.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
- DICK, M. V. de P. do A. A toponímia como meio de investigação lingüística e antropológica. In: ISQUERDO, A. N. (Org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português*. Brasil – Portugal. Campo Grande: Editora UFMS, 2008, p.215-231.
- \_\_\_\_\_. Inter-relação léxico e cultura na América Indígena. Estudo de Caso. In: *Acta Semiótica et Lingüística (SBPL)*, São Paulo, v.8, p 295-308, 2000.
- \_\_\_\_\_. Toponímia e línguas indígenas no Brasil. In: *Estudos Avançados*, v.8, nº 22. São Paulo: USP, set/dez 1994, p.435-436.
- DRUMOND, C. *Contribuição do bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de estudos Brasileiros, 1965.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, Versão 5.0, Editora Positivo, 2004.
- GIRARDI, Gisele. *Novo Atlas geográfico do estudante*. São Paulo: FTD, 2005.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, Versão . Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

- ISQUERDO, A. N. Achega para a discussão do conceito de regionalismos no Português do Brasil. In: *Alfa: Revista de Lingüística / UNESP* v. 50 (2). São Paulo: UNESP, 2006, p. 9-24. Disponível no site <http://www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v50-2/01-Isquerdo.pdf>. Acesso em 07/02/2009.
- \_\_\_\_\_. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Orgs). *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2ª ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001. p 91-100.
- MELO, G. C. de. *A língua do Brasil* – 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- NAVARRO, E. de A. *Método moderno do tupi antigo: a língua do Brasil nos primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL. Disponível no site: <http://www.alib.ufba.br/metodologia.asp>. Acesso em 16/01/2009.
- RODRIGUES, A. D. *As línguas gerais sul-americanas*. Disponível no site: [http://www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ\\_002.html](http://www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ_002.html). Acessado em 18/12/2008.
- \_\_\_\_\_. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SAMPAIO, T. *O tupi na geographia nacional*. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.
- SAPIR, E. *Lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Acadêmica, 1969.
- SILVA, G. A.; AGUILERA, V. de A. Geolinguística: um estudo no campo lexical da fauna brasileira. In: *Anais do V Encontro Científico do Curso de Letras*. O desafio das Letras. 2007. Disponível em [http://www.faccar.com.br/desletras/hist/2007\\_g/textos/14.htm](http://www.faccar.com.br/desletras/hist/2007_g/textos/14.htm). Acesso em 19/12/2008.
- TIBIRIÇÁ, L. C. Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi. Significação dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço Editora, 1997.